



ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

A. Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia em questão, previsto no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR que versa sobre o processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços – SRP.

B. Da necessidade da contratação:

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir sua dependência econômica de atividades produtivas não rurais ou mesmo de verbas governamentais, as quais muitas vezes não são suficientes para evitar o colapso das atividades produtivas rurais, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

A caprinovinocultura nas microrregião do Sertão pernambucanos, vem ao longo dos anos propiciando a geração de inúmeros postos de trabalho, possibilita a permanência do homem no campo, sendo considerada de grande importância para o desenvolvimento regional, pois apresenta alternativas de ocupação e renda para o produtor rural, além de garantir segurança alimentar. Nesse contexto, a implantação de abatedouros frigoríficos nos municípios de Dormente/PE e Floresta/PE - em fase de projeto - representa uma oportunidade de estrutura e desenvolver a cadeia produtiva da região, ocorre que os diversos exemplos de abatedouros municipais fechados ou descredenciados reforça a ideia que os municípios da região não possui as condições de manter um empreendimento deste porte, daí a importância de estrutura



a capacidade produtiva dos rebanhos da região, permitindo que estes abatedouros venham a ser atendidos por um contingente de fornecedores capacitados e detentores de matéria prima com qualidade de atender a necessidade do mercado, para se chegar a este estágio de desenvolvimento estudos têm demonstrado que existe uma necessidade urgente de melhorar a nutrição dos caprinos e ovinos que são criados e abatidos na região, nesta perspectiva a palma forrageira apresenta-se como uma solução para esta necessidade.

C. Regime de execução - Empreitada por Preço Unitários:

A implantação dos serviços necessários a implantação de 06 (seis) **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento**, em comunidades rurais de municípios do sertão do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, é a repetição de ação semelhante realizada nos municípios de Parnamirim/PE pela UFRPE e em Juazeiro/BA pela Codevasf 6ª SR. O que se pretende neste processo é promover a difusão deste empreendimento nas cidades do sertão pernambucano, ação que já deveria ter sido realizado quando do programa REPALMA. Levando-se em consideração esta particularidade, associado ao fato dos quantitativos da planilha orçamentária haver levado em consideração e referência a planilha de insumos e serviços utilizada para a conclusão do serviço semelhante executado pela 6ª Superintendência Regional da Codevasf no município de Juazeiro/BA, mais a existência de um projeto que em 2019 serviu de base para aquela contratação, certamente indicaria não resta muitos obstáculos que possa vir a dificultar a utilização do regime de execução semi-integrada, o qual é disposto no art. 42, § 4º da Lei 13.303/16, que declara:

Art 42 § 4º No caso de licitação de serviços, às empresas públicas e as sociedades de economia mista abrangidas por esta Lei deverão utilizar a contratação semi-integrada, prevista no inciso V do caput, cabendo a elas a elaboração ou a contratação do projeto básico antes da licitação de que trata este parágrafo, podendo ser utilizadas outras modalidades previstas nos incisos do caput deste artigo, desde que essa opção seja devidamente justificada.

Todavia, apesar do serviço proposto ser uma repetição de uma estrutura já realizada com o mesmo projeto, fato que dá um maior nível de conhecimento dos procedimentos a serem adotados, e eleva o nível de detalhamento do projeto básico, os serviços serão executadas em cidades distintas, logo existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido às suas características executivas, a exemplo de escavação de valas em



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

solos diferentes que podem vir a comprometer o quantitativo, variações de reaterro de valas, momento de transporte de material para aquisição, quantidade de adubos para regularização dos solo e outras que podem causar algum nível de incerteza.

Além disso, como se trata da realização de um serviço dentro de área pertencente à associação/cooperativa/unidade de ensino, podem ocorrer alguns imprevistos não considerados na planilha orçamentária no momento da execução ou quando dos testes da estrutura das unidades, fato que poderá resultar em serviços não previstos.

Finalmente para uma maior segurança administrativa e jurídica, pagar pelo que foi efetivamente executado e medido é uma forma justa de realizar negócio, logo este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Por tudo o que foi anteriormente apresentado optou-se por adotar o regime de execução por Empreitada por **Preços Unitários, com pagamento de preço certo de unidades determinadas**, logo o pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

D. Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

E. Desapropriação:

Como os serviços referente a implantação dos serviços de necessários a implantação das **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento** em diversos municípios do estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, ocorrerá em parceria com instituições de ensino, cooperativas e associações de criadores de caprinos e ovinos das localidades onde as unidades serão implantadas, logo não há se falar de desapropriação, tendo em vista que a edificação será implantada em terreno destas instituições. Logo não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração de Projeto de Desapropriação.

F. Critério de Julgamento:

Na busca de minorar a possibilidade de possível “jogo de planilha” por parte das concorrentes, optou-se pela adoção do critério de julgamento das propostas tomando como base o **Maior Desconto**, de acordo com o Art. 54, Inciso II, da Lei n.º 13.303/2016.

Art. 54. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação de bens alienados.

G. Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

H. Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço (OS) que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

I. Qualificação Técnica:

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a sua influência na execução dos serviços necessários a implantação de **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento** em comunidades rurais de municípios do sertão do Estado de Pernambuco, muito embora alguns não sejam os mais caros, logo não sendo detectados pela curva ABC, são serviços com capacidade de implantar a realização do serviços, devido sua relevância contextual e complexidade de execução e qualificação técnica exigida para sua realização.

Assim as exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

J. Orçamento Público/Aberto:

A definição pelo orçamento público tem em basamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

K. Da não admissão de subcontratação:

Objeto a ser licitado caracteriza-se como sendo um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresa que atuem na área, **não havendo necessidade de subcontratação.**

L. Da não participação da empresa sobre a forma de Consórcios:

Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigação de diferentes especialidades ou passível de divisão, Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescenta-se ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

M. Da não Participação de Cooperativa:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia aos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Outra questão que limita a participação da cooperativa na licitação é a forma como ocorre a tributação dos serviços, fato que pode, em tese, comprometer a competitividades com as outras pessoas jurídicas que seriam tributadas pela prestação do serviços, no que tange os encargos sociais sobre os serviços necessários a implantação das **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento** podendo, em tese, gerar questões trabalhista para a administração.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica ser “vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade” (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

N. Do serviço comum:

Esclarecemos que o objeto desta licitação, “Execução dos Serviços necessários à implantação das **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento** em comunidades rurais de municípios do sertão do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf”, é qualificado como **SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado a frequente contratação, e** por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

O. Da adoção Sistema de Registro de Preços (SRP):

Este item pretende indicar os motivos que levaram a optar pela escolha da opção de realizar a licitação por Sistema de Registro de Preços (SRP), para tanto tomou-se como base as fundamentações legais prevista no art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, segundo o qual:

vigente, segundo a qual o SRP poderá ser usado nas seguintes hipóteses:

- i. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**
- ii. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- iii. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

iv. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Tomando como fundamento esta legislação optou-se pela aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, que foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Nestes termos e de acordo com as características dos serviços necessários a implantação das 06 (seis) **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento**, que já forma realizados em outras oportunidades, sendo portanto um serviço com repetibilidade, pois o projeto é o mesmo já foi implantado nos municípios de Parnamirim/PE, Santa Cruz da Venerada/PE e Terra Nova/PE, daí a ideia que as ações sejam semelhantes.

Quanto a celeridade da ação deve-se a aproximação do novo ciclo chuvosa na região do sertão pernambucano, de forma que existe em certa medida uma determinada urgência na realização desta contratação, a qual, deverá ficar pronta antes da conclusão do período de estiagem, pois em caso contrário perderia-se dois ciclos climáticos.

P. Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Quanto a possibilidade de motivação da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP), por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, indica que:

O Decreto federal nº 7.892/2013 previu expressamente o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, para a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante. Nos termos do regulamento, a divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada, pelo órgão gerenciador. Diversos motivos podem justificar a não divulgação da intenção de registro de preços, entre eles: necessidade de conclusão célere do procedimento; especificidade da contratação; dificuldades operacionais; experiências anteriores negativas com o uso do IRP, entre outros. O regulamento optou por não limitar as justificativas possíveis, atitude foi correta, pois situações concretas podem tornar inadequado ou inconveniente este procedimento”



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Q. Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns, serviços comuns de engenharia e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002.

A técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecido no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Termo de Referência (TR), planilhas de quantidades e preços máximos.

Nesta modalidade de licitação o essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento ou dos serviços sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido, para tanto procurou-se instruir o Termo de Referência e Especificações Técnicas de forma a definirem de maneira criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

Modalidade Licitação eletrônica facilita a participação de um maior contingente de licitantes, neste certame será adotado o critério de julgamento de **Maior Desconto** - nos termos do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU -, visando a contratação da execução dos serviços de necessários 06 (Seis) **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento**, em comunidades rurais de municípios do sertão do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

R. Justificativas:

O processo licitatório se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que busca fomentar o fortalecimento e qualificação de atividades produtivas da



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Caprinovinocultura desenvolvida por comunidades carentes em diferentes municípios das microrregiões do sertão de pernambucana, todas inseridas na área de atuação da 3ª SR

Esta atividade faz parte do plano de atuação desenvolvido pela Codevasf voltado para as APL's, neste processo, a companhia vem promovendo ações de qualificação, incentivo e apoio das cadeias produtivas, bem como a estruturação das atividades típicas e tradicionais praticadas por associações e comunidades, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Estas APL's devem ser entendidos como atividades culturais e econômicas, que vêm sendo praticadas por um contingente significativo de individuais, na forma de empreendimento, em um determinado território, sendo portanto sua atividade produtiva predominante, o que se adequa aos casos dos municípios do sertão pernambucano, onde a caprinovinocultura é uma atividade primordial para a economia produtiva dos pequenos criadores e agricultores da região, logo a qualificação dos rebanhos de caprinos e ovinos se caracteriza como sendo uma intervenção de extremamente necessária, e ela se realizará mediante a implementação dos serviços objeto da presente licitação, que é execução dos serviços de necessários à implantação de 06 (seis) **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento**, em municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF todos no estado de Pernambuco.

S. Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Será permitido a adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

T. Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

U. Visita:

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - não será exigida a visita ao local dos serviços e da entrega dos insumos, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

V. Da divisão do objeto da licitação em lotes:

Em relação a implantação das 06 (seis) **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento**, em municípios do estado de Pernambuco, não existe uma aparente vantagem em dividir o objeto em lotes por município, este procedimento poderia



desestimular a participação de empresas maiores e com maior capacidade técnica e operacional, tendo em vista o valor individual de cada um dos serviços.

Associado a este fato existe a possibilidade de aperfeiçoamento da execução do serviço na medida em que ele é realizado em escala, logo o parcelas do objeto não traria nenhum aproveitamento das peculiaridades do mercado ou mesmo ampliar a competitividade, e poderia mitigar o nível técnico e economicamente da execução dos serviços devido a perda de economia de escala.

W. Divulgação do valor orçado:

Os valores orçado deverão ser divulgado em conformidade com o Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – que determina que nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

A não adoção do orçamento sigiloso, também está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Nestes termos, os valores totais abaixo apresentado são os estimados para execução dos serviços necessários a implantação das **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento**.

Para tanto foi estimado a importância de de R\$ 102.078,90 (noventa e oito mil duzentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para 01 (uma) Unidade de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento e de **R\$ 612.473,38 (Seiscentos e doze mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos)** para as 6 (Seis) **Unidades de produção de palma forrageira irrigada por gotejamento**. Preços referenciados pelo ORSE de Agsoto/2022; SINAPI-PE de Agosto/2022 não desonerado e SEINFRA 027, incluso BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, conforme especificados e indicados em Planilhas Orçamentárias anexas.

Petrolina/PE, 28 de outubro de 2022

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT

DE ACORDO:

Maxwell Rodrigo Lima Tavares
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 3ª GRR

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional da 3ª SR da Codevasf